



SUPERMODERNISMO – ARQUITECTURA EN LA ERA DE LA GLOBALIZACIÓN

IBELINGS, HANS. BARCELONA: GUSTAVO GILI,
1998. 144 P. / ISBN 84-252-1751-2

Mauro Claro

O livro, publicado em 1998, procura definir como **supermoderna** uma arquitetura que se consolida nos anos 90 a partir tanto das transformações do movimento moderno como das conseqüências da **globalização**, conceito que o autor aponta como impreciso, embora suficiente para a caracterização de uma **eficiência gerencial** que marca a passagem para essa nova etapa da produção arquitetônica.

Em três capítulos centrais – pós-modernismo, movimento moderno, supermodernismo – Ibelings apresenta e discute os conceitos que fundamentam sua tese: o **movimento moderno**, a partir da Segunda Guerra, tem diluídas as características da fase inicial, mais rigorosa quanto às implicações sociais da arquitetura, e é completamente domesticado pelos interesses do capital; o **pós-modernismo** reage a tal prática tecnocrática com as armas do contextualismo e simbolismo estruturalistas; por sua vez, uma vertente de menor expressão, o **desconstrutivismo**, ainda como recusa à neutralidade da arquitetura moderna que se tornara vazia de ideais, trabalha com referências da filosofia (Derrida, Deleuze, Lyotard, Chomsky, Baudrillard) aplicando-as, no entanto, de modo mecânico à forma do edifício; o **supermodernismo**, por fim, surge como síntese entre, por um lado, a crítica exercida entre os anos 60 e 80 com respeito ao moderno e, por outro lado, as “permanências” – termo não mencionado por Ibelings – de elementos modernos considerados funcionais para a situação atual, **globalizada**, da sociedade dos países ricos e das cidades ricas dos países pobres – pois, como frisa o autor logo no início, é da arquitetura em tais sociedades e cidades que trata o livro.

No centro da compreensão desse novo termo, que Ibelings toma de Marc Augé no livro *Non-lieux – introduction à une anthropologie de la surmodernité* (Paris, 1992), estão as mudanças verificadas – por obra do incremento no comércio mundial e da difusão da comunicação pelas redes telemáticas – nas noções de **lugar e espaço** em conseqüência das quais “*o mundo se tornou menor e, ao mesmo tempo, maior*”¹: à situação de disponibilidade extrema propiciada pela facilidade da obtenção da informação, que torna o mundo “pequeno”, corresponde a incorporação de uma quantidade de nova informação – grupos e

(1) p. 64.

indivíduos que antes não interagem econômica ou culturalmente – que o torna “maior”.

Para a arquitetura, não imune a essa realidade, criou-se – com as noções de tempo e espaço alteradas – uma **condição supermoderna**: muito espaço (grande mobilidade), muitos signos (bombardeio de informações), alto grau de anonimato (traduzido na exploração individual dos espaços públicos e semipúblicos). Aeroportos, hotéis, centros comerciais, supermercados e pedágios são os mais evidentes exemplos dos “**não-lugares**” que, como opostos do “**lugar**” contextualizado e bastante definido do pós-modernismo historicista e do desconstrutivismo (mesmo que neste a contextualização se desse em termos inalcançáveis para os cidadãos comuns, frustrando qualquer intenção de aproximação com seu cotidiano) passam a predominar na produção internacional.

Os não-lugares são ambientes completamente autônomos e auto-suficientes – cascas vazias, mas flexíveis, prontas a admitir o uso que se queira dar – e não dependem de sua localização, não se relacionando de nenhuma maneira com o entorno físico imediato (a não ser para obtenção da mão-de-obra), mas sim com aquele constituído pela rede de informações e relações econômicas de que são parte. Vários analistas² da arquitetura recente, diz o autor, apontam elementos que parecem confluir para a superação do pós-moderno por meio da recuperação da forma arquitetônica **neutra e autônoma** – própria da primeira modernidade – mas não observam as mudanças concomitantes no uso e percepção do espaço.

Revalorização das formas simples e neutras, esvaziamento de qualquer conteúdo aparente de comunicação simbólica, transformação do entorno urbano em mero apêndice dessas estruturas arquitetônicas são os aspectos que resumem as características dessa nova arquitetura destinada a ser a sede dos processos de gestão da produção e do consumo de mercadorias, do transporte e da circulação de pessoas e bens.

A arquitetura supermoderna se distancia, assim, da pós-moderna ao resgatar aspectos da arquitetura do pós-guerra – tecnocrática – concedendo a ela uma utilização atualizada voltada ao atendimento das necessidades das empresas e das cidades que sediam o capital – livre, portanto, de qualquer necessidade de justificação social assistencialista (*welfare state*) e pondo-se a serviço da modernização, como processo econômico, e da globalização, do ponto de vista social.

Tal arquitetura se faz, dessa maneira, à imagem dos processos de exclusão social que se destina a servir. “*A lacônica aceitação das coisas tais como são*”³: o principal mérito do livro está justamente em construir uma explicação que conecta os desenvolvimentos recentes de certa arquitetura – institucional – **com os exclusivos interesses do capital**.

Mas nunca é demais lembrar: a análise se limita à compreensão da arquitetura produzida nas sociedades e cidades prósperas deixando de lado, portanto, o exame da situação sob a qual vive a maior parte da população de países como o Brasil.

Mauro Claro

Mestre e doutorando pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, docente do curso de Desenho Industrial da Faculdade de Comunicações e Artes da Universidade Mackenzie.

(2) Terence Riley, Daniela Colafranceschi, Rodolfo Machado e Rodolphe el-Khoury, Vittorio Savi e Josep Maria Montaner.

(3) p. 133.